

## Ataques do governo | Reforma administrativa, retirada de direitos, redução orçamentária

Confira entrevistas com Presidente do ANDES-SN, com vice-presidente da Andifes e reitor da UFJF; com Pró-Reitor de Administração do IF Sudeste MG e Diretor de Administração e Planejamento do Campus Juiz de Fora do IF Sudeste MG sobre o futuro das instituições federais de ensino. **Pág. 4, 5, 6 e 7.**

## “ESTADO MÍNIMO PARA CLASSE TRABALHADORA E MÁXIMO PARA O GRANDE CAPITAL”



### LUTAS GERAIS

Projeto de Lei Orçamentária 2021 prevê cortes para ministérios e se mostra como prévia de Reforma Administrativa.

Pág. 03

### PELA BASE

Conselheiros da APES falam sobre implementação do Ensino Remoto Emergencial na UFJF e IF Sudeste-MG.

Pág. 08

### CULTURA

Classe artística se mobiliza para a implementação de financiamento público durante a pandemia.

Pág. 11

### ELEIÇÕES ANDES-SN

Encarte traz informações sobre as eleições tele-presenciais e material de apresentação de chapas

Pág. 02

**EDITORIAL**

Em meio à crise da pandemia de Covid-19, com mais de 5 milhões de infectados no Brasil e mais de 150 mil mortos, o governo Bolsonaro acena com a Reforma Administrativa. No seu bojo, a quebra da estabilidade e a desconstrução da autonomia do servidor público, para além das ações de sucateamento e privatização dos serviços públicos. Ao ataque, soma-se a diminuição dos recursos previstos para a área social no ano de 2021. Sobre a pressão populista, o governo ensaia a destruição do bolsa-família e acena com a construção de um programa de renda mínima, o Renda Brasil. Para seu financiamento, várias propostas absurdas foram indicadas, desde a suspensão do pagamentos de precatórios, a reordenação de recursos do Fundeb e, agora, foi ventilada a desindexação das aposentadorias ao salário mínimo. Desse modo, os ataques ao funcionalismo público alinham-se aos apelos populistas de distribuição de recursos para ampliar a base de apoio popular do governo Bolsonaro nas eleições municipais em todo o país.

Nas instituições de ensino, docentes lutam para se adequarem às novas rotinas de trabalho decorrentes da implementação do ensino remoto emergencial. Pressionado pela aprovação do CNE, há a indicação de que o ensino remoto deve se estender até o final do ano de 2021, transfigurando-se em algo mais duradouro do que se imaginava. Corre-se o sério risco de que as medidas implementadas nas instituições com o caráter emergencial tornem-se permanentes, pois ensejam a justificativa da necessidade de redução de custos, de decréscimo de autonomia e de aumento de vigilância e produtividade junto ao setor público, produzindo um quadro de precarização geral das condições de trabalho para a oferta de serviços públicos de qualidade para a população. No Brasil, as conquistas de direitos sociais passam pelo reconhecimento da desigualdade que nos institui, relevando o quadro mais duro para a população negra e pobre das nossas periferias. A manutenção do ERE vai ao encontro da política de ataque do governo federal aos funcionários públicos, pois induz e supõe a maestria de oferecer mais, com menos, além de sofisticar os mecanismos de controle e atacar as autonomias dos docentes.

Ao mesmo tempo em que a falta de cuidado com a população mais vulnerável demonstra a face mais aguda deste governo, a Reforma Administrativa indica a pretensão de precarizar, atacar e destruir as condições de oferta de serviços públicos de qualidade para a nossa população. O desprezo pela vida redundando no compromisso de destruir a oferta de serviços públicos para todos. O projeto é claro, menos Brasil, mais capital. Menos vidas, mais acumulação e desigualdades. Menos cuidado, mais mortes e desprezo pelas condições que sustentam a plenitude da vida. Por agora, milhares de quilômetros de flora e milhares de animais da nossa fauna foram dizimados em nosso território, que arde em chamas e desenha em densa fumaça a marca indelével desse governo desprezador de vidas. Enfim, esse é o cenário em que se desenrola a nossa luta. O destino nos convoca a resistir aos processos de destruição em curso, que atingem o conjunto de conquistas e lutas históricas de nosso sindicato e categoria.

**Expediente**

O Travessia é uma publicação da Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF SSind). Redação, diagramação e fotos: Isabella Mendes Freitas MTB 014560/MG, Danniell Goulart Reg. 6083 DRT MG, Clara Xisto sob a supervisão de Danniell Goulart e Daniel Diogo sob a supervisão de Isabella Mendes Freitas

Tiragem: 1200 exemplares

Endereço: Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900

Tel-Fax: (32) 3215-1286 / Site: apesjf.org.br / Email: faleconosco@apesjf.org.br

**Presidente:** Marina Barbosa Pinto - Faculdade de Serviço Social

**Vice-Presidente:** Marcos Vinicius Leite - IF Sudeste MG Campus JF

**Secretária Geral:** Raquel Portes - Faculdade de Arquitetura

**1ª Secretária:** Jalon Moraes Vieira - IF Sudeste MG Campus Juiz de Fora

**2ª Secretária:** Ana Maria Arreguy Mourão - Aposentada

**1º Tesoureiro:** Augusto Santiago Cerqueira - Faculdade de Engenharia

**2º Tesoureira:** Zuleyce Lessa - Faculdade de Enfermagem

**NÃO DEU NA IMPRENSA**



**TERRA PARA QUEM?**

O Acampamento Tiago dos Santos, dirigido pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e localizado em Porto Velho, sofreu um violento processo de reintegração de posse em uma ocupação de 57 mil hectares. A ação da Polícia Militar de Rondônia ocorreu no dia 11 de outubro e atingiu um contingente de mais de 600 famílias, totalizando cerca de 2400 homens, mulheres e crianças.

**CONCLUSÃO**

A ação se inclui num conjunto de reintegrações de posse ilegais e violentas, e envolve o poder judiciário e as polícias federal e militar. Resultou ainda de uma elaborada narrativa, envolvendo a imprensa local e se aproveitando de uma ocorrência com um policial militar aposentado.

Nas proximidades do acampamento, no dia 3 de outubro, em ação que ainda precisa de investigação, um policial militar foi assassinado junto com amigos que, segundo informações da imprensa, “eram acostumados a frequentar a fazenda e conheciam os moradores das proximidades”. Após o ocorrido, e sem provas mais contundentes para além do testemunho das supostas vítimas, a imprensa e a polícia militar se apressaram em identificar os culpados como camponeses ocupantes do Acampamento Tiago dos Santos.

**CERCO**

Alicerçados judicialmente em um processo de busca dos suspeitos, a operação, que reuniu mais de 300 policiais, se transformou rapidamente em um cerco ao acampamento, impedindo a entrada de mantimentos e minando as forças dos trabalhadores do campo. “Os policiais estão atirando contra as motos ou qualquer coisa que se move no acampamento, impedem a entrada de qualquer coisa e até de alimentos, quando centenas de crianças não tomam leite desde segunda-feira última, numa verdadeira ciranda de terror.”, diz LCP em nota emitida ainda antes da invasão da PM, no dia 8 de outubro.

**OPERAÇÃO SIGILOSA**

Após alguns dias de cerco, que preparava o cenário da criminalização do movimento social, embasando judicialmente a reintegração de posse, a polícia invadiu o acampamento na manhã do dia 11 de outubro, se utilizando de bombas de efeito moral e balas de borracha.

A operação, que se mostra publicamente como sigilosa, o que significa, segundo nota da LCP publicada no dia 15 de outubro uma “senha para matar e praticar todo tipo de covardia contra as massas camponesas.”, não encontrou mais que equipamentos vitais para a sobrevivência dos trabalhadores no campo: facões, painéis de energia solar, e equipamentos para acesso à internet.

# CORTES EM MINISTÉRIOS E ATAQUES A SERVIDORES:

*PLOA 2021 é uma prévia da Reforma Administrativa de Bolsonaro*

Em 31 de agosto o Governo Federal apresentou o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2021, que prevê a retirada de 8,61% dos recursos direcionados ao Ministério da Educação. No total, os valores correspondem a cerca de 4,2 bilhões de reais, sendo que R\$1,4 bilhão seria destinado às universidades e institutos federais. Outros ministérios prejudicados pelo PLOA 2021 foram: Ciência, Tecnologia e Inovação; Saúde; Meio Ambiente; Justiça e Segurança Pública. Enquanto isso, ministérios de interesse estratégico, para Bolsonaro foram beneficiados, com aumento em seus orçamentos para o ano que vem. É o caso do Ministério da Defesa; de Infraestrutura; de Minas e Energia; da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; de Relações Exteriores; das Comunicações; da Advocacia Geral da União; da Controladoria Geral da União e da Economia.

## EDUCAÇÃO

O corte no Ministério da Educação atinge os recursos que seriam direcionados às verbas discricionárias, ou “não obrigatórias”, aquelas destina-

das a investimentos em obras, reformas, pagamento de contas como água e energia elétrica e serviços terceirizados. A ação se dá pela impossibilidade de alterações em verbas obrigatórias, como pagamento de salários e aposentadoria de professores.

Os cortes demonstram como os ataques à educação têm se tornado constantes. Além dos orçamentos não terem sofrido alterações em pelo menos três anos, em 2019 as Universidades passaram por um contingenciamento de verbas que colocou em cheque a continuação de suas atividades. Agora, o que a retirada de recursos representa, mais uma vez, é a incerteza da continuidade das atividades dentro das instituições.

## CONSEQUÊNCIAS

A retirada se mostra como uma prévia do que pode ocorrer com todo o setor público, tendo em vista a proposta de Reforma Administrativa do governo. Com o pretexto de diminuir as despesas estatais, a Reforma retira direitos dos Servidores Públicos, afetando, consequentemente, o funcio-



Arte do ANDES para campanha nacional por um ORÇAMENTO JUSTO EM 2021.



Álcool em gel produzido IF Sudeste, Campus Rio Pomba (Foto institucional)

namento do Estado e o atendimento à população brasileira, que será impactada com redução de seus direitos mais básicos.

Neste momento de pandemia, por exemplo, tem se evidenciado cada vez mais a importância dos trabalhos realizados em benefício da sociedade brasileira, tanto pelas Universidades, quanto pelos Institutos Federais. Um levantamento realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), com 46 instituições federais de ensino superior brasileiras, mostrou que estão sendo realizadas 823 pesquisas pesquisas sobre coronavírus, além de 96 ações de produção de álcool e produtos sanitizantes, produção de EPIs, até o mês de maio.

Para o presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves, “em 2021, vão intensificar as políticas de desmonte do Estado e dos serviços de atendimento à população, para favorecer as privatizações e áreas que venham a contribuir com o projeto de poder do presidente, que passa pela sua reeleição em 2022”.

Os valores destinados aos ministérios ainda podem ser alterados, até a aprovação de um orçamento final, em Dezembro, na Câmara dos Deputados e no Senado. Por isso, o ANDES-SN, como parte da política de combate aos cortes e de defesa da educação pública, está desenvolvendo ações junto aos parlamentares, exercendo pressão para impedir a aprovação do corte previsto no Projeto.



Créditos: Alexandre Dornelas

UFJF entregou, em abril, 250kg de álcool em gel para a prefeitura da cidade

# O QUE ESTÁ POR TRÁS DA REFORMA ADMINISTRATIVA?



*Para presidente do ANDES, contrarreforma representa Estado mínimo para classe trabalhadora e máximo para o grande capital*

Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN, conversou com o Travesia sobre os interesses políticos e econômicos da Contrarreforma Administrativa e seus impactos para servidores e para a sociedade brasileira.

**Jornal Travessia** – Em que nível a Reforma Administrativa vai prejudicar a população brasileira?

**Antonio Gonçalves** - São os servidores públicos que estruturaram as ações do Estado Nacional e a contrarreforma administrativa (assim denominada porque vem para retirar direitos) busca desestruturar o Estado e por consequência as suas ações, piorando os serviços públicos, acentuando as desigualdades sociais e destruindo o que conhecemos hoje como servidores públicos. Um exemplo da importância do Estado pode ser constatado no enfrentamento da pandemia da COVID-19, na garantia dos direitos sociais, como saúde e renda mínima. Não se trata de uma reforma para melhorar os serviços públicos, mas esvaziar o Estado que deverá comprar na iniciativa privada tais serviços.

**JT** - Como ela afeta áreas essenciais como saúde, educação, assistência social, ciência e tecnologia?

**AG** - Quero destacar três fatos importantes para nossa análise: (1) nas últimas décadas, “novos

modelos” de gestão têm sido impostos em diversas áreas do serviço público, através de Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Fundações ditas de apoio, EBSERH, etc.; (2) Estamos submetidos à Emenda Constitucional 95 que colocou um teto nos investimentos públicos em políticas sociais; (3) Ainda à Lei Complementar 173/2020 que proíbe aumento de despesas com pessoal e concursos públicos até dezembro de 2021. Essas últimas duas medidas impedem investimentos em políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social, ciência e tecnologia, abrindo caminho para a mercantilização em todas essas áreas e para a ampliação dos “novos modelos” de gestão, que na área da saúde, por exemplo, têm se mostrado incapazes de garantir serviços de qualidade, assim como têm permitido atos de corrupção, segundo denúncias do ministério público. Tais medidas podem ainda afetar o pagamento de salários, aposentadorias e pensões dos atuais servidores públicos, que em média, no âmbito federal, sofrem com uma perda salarial de 33%, considerando os cálculos de 2016 até agora.

**JT** - O governo diz que a reforma afeta apenas os futuros servidores, mas ela afeta também quem está na ativa. Como isso se dá?

**AG** - O governo federal anunciou que a contrarreforma se dará por etapas, isso significa que a Emenda Constitucional 32/2020 é apenas o início do processo que tem como objetivo

final acabar com o Regime Jurídico Único (RJU), estabilização dos servidores e a liberação para as mais variadas formas de contratação de funcionários públicos, intensificando o processo de aparelhamento das instituições públicas por aliados políticos do governo da vez, dentre outras consequências. Afirmar que as mudanças atingirão apenas futuros servidores é uma tática encontrada pelo governo para diminuir a resistência à proposta. Destaco que a inclusão dos atuais servidores públicos já é debatida no âmbito do Congresso Nacional. Supondo que os atuais sejam excluídos da contrarreforma, mesmo assim seremos atingidos, pois entraremos em extinção, seremos “cargos extintos a vagar”, processo semelhante ao que ocorreu no governo FHC nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas, quando várias funções foram extintas. Isso significa que seremos cada vez menos servidores contratados pelo RJU, com menor capacidade de mobilização para exigir reajuste salarial, carreira estruturada e melhores condições de trabalho. Nos regimes próprios de previdência o impacto será enorme, considerando que os servidores admitidos a partir de fevereiro de 2013 já contribuem menos com o caixa dos regimes próprios dos servidores federais e de alguns estados, sendo a referência máxima o teto do regime geral de previdência e os futuros, a partir da reforma, não mais contribuirão para os regimes próprios de previdência social, mas para o regime geral. Como serão pagas as aposentadorias e pensões no futuro, se o

caixa estará cada vez mais esvaziado?

**JT** - O que está por trás da reforma?

**AG** - A contrarreforma significa o avanço da agenda neoliberal na perspectiva de obter o Estado mínimo: mínimo para a classe trabalhadora e máximo para o grande capital, que em crise e numa etapa rentista de seu desenvolvimento, necessita cada vez mais o Estado e do fundo público para sobreviver. Utiliza-se, por exemplo, de mecanismos como o sistema da dívida pública, que transfere anualmente trilhões de reais do fundo público para a iniciativa privada.

**JT** - Ela prepara a privatização de serviços públicos?

**AG** - Sem dúvida! Ao fim e ao cabo, aniquila os servidores públicos e avança na contratação de serviços na iniciativa privada em diversas áreas, transformando direitos em mercadorias expostas para a exploração do mercado, sem nenhum compromisso com a qualidade e ampliação dos mesmos em uma sociedade tão desigual como a nossa.

**JT** - O projeto dá mais poder ao presidente e ataca a estabilidade. O serviço público pode virar espaço de manobra política, cabide de empregos etc.?

Sim, o fim da estabilidade permitirá ao gestor da vez recompor todo o quadro funcional segundo critérios político-ideológicos, estabelecendo a partir daí relações nada republicanas no trato da coisa pública como “rachadinhas”, conivência com a corrupção, etc.

# PAINEL | GESTORES FALAM DO CENÁRIO DAS IFES E DESAFIOS ORÇAMENTÁRIOS PARA 2021

Para compreender a atual situação orçamentária das instituições federais de ensino e as perspectivas para 2021, trazemos nesta edição entrevistas com: Marcus Davi, vice-presidente da ANDIFES e reitor da UFJF; Fabrício Tavares de Faria, o Pró-Reitor de Administração do IF Sudeste MG; e com Cláudio Roberto Barbosa Simões Rodrigues, Diretor de Administração e Planejamento do Campus Juiz de Fora do IF Sudeste MG.



Marcus Davi, vice-presidente da ANDIFES e reitor da UFJF

“**Ao invés de uma ampliação do orçamento que seria necessário para compensar as perdas da crise da pandemia que nós estamos vivendo, nós estamos tendo cortes orçamentários.**”

**Jornal Travessia** – Qual a avaliação da ANDIFES sobre o atual quadro orçamentário das instituições federais de ensino para o término de 2020?

**Marcus Davi** – O cenário de contenção orçamentária das universidades federais já vem ocorrendo há alguns anos. Em 2020, o orçamento global que foi utilizado para divisão das universidades, em valores nominais, era equivalente ao valor distribuído em 2017. Isso significa que durante 3 anos, o montante distribuído para o custeio, manutenção e investimen-

to das universidades não teve nenhum crescimento nominal. Ou seja, toda perda inflacionária desse período foi sentida pelas universidades. O impacto em 2020 não acabou se configurando em um cenário muito grave por conta da própria situação muito específica que nós vivemos em 2020. Com a suspensão das atividades presenciais, uma série de despesas as universidades deixaram de incorrer e isso acabou permitindo que as universidades fechassem os seus orçamentos de 2020, em que pese a necessidade de terem destinado qualquer parcela excedente desse período para permitir políticas de inclusão dos estudantes para ensinos remotos. Todavia, o orçamento de 2021 se configura num quadro mais grave.

**JT** – Considerando que a Lei Orçamentária prevê grandes cortes para as instituições federais de ensino, qual a posição da ANDIFES diante do cenário que se vê apresenta para 2021?

**Marcus Davi** – Para 2021, o Projeto de Lei Orçamentária enviada para o Congresso traz para as Universidades Federais um corte de aproximadamente 18% nos orçamentos de outros custeios e capital. Ou seja, os recursos para a manutenção das universidades, em 2021 estão reduzidos em relação a 2020 em aproximadamente 18%. Se em 2020 já vínhamos há 3 anos sem nenhuma correção monetária dos valores, os valores nominais eram os mesmos de 2017, esta situação se agrava muito em 2021 porque além de manter o valor há um corte desse valor de 18%. Qual a avaliação que a Andifes faz de 2021? 2021, nós não podemos ignorar que a pandemia traz efeitos muito negativos para a educação do país. Tanto da educação básica quanto da educação superior. Investimentos adicionais precisarão ser realizados em 2021

para que as perdas e prejuízos da educação sejam compensados. E o que estamos observando é exatamente o contrário. Ao invés de uma ampliação do orçamento que seria necessário para compensar as perdas da crise da pandemia que nós estamos vivendo, nós estamos tendo cortes orçamentários. Em 2021, sem dúvida nenhuma, nas universidades - mas isso também vai ocorrer na educação básica - serão necessários investimentos em infra-estrutura para garantir a segurança de estudantes dos trabalhadores da educação, serão necessários gastos adicionais de EPI, materiais de consumo para a segurança de toda a comunidade e isso é absolutamente impossível quando você tem o orçamento de 2020 com corte de 18%. A Andifes apresentou ao Congresso uma necessidade de reposição desse orçamento de custeios e capitais. Nós tivemos um corte, no conjunto das universidades, de 1 bilhão de reais. Estamos demandando ao Congresso Nacional que este orçamento seja recomposto em 1 bilhão e uma demanda de 200 milhões adicionais exclusivamente para os gastos necessários para o enfrentamento do pós-pandemia. Entendemos que esse embate vai ser muito duro no Congresso, porque esses cortes são resultados dos efeitos que já eram previstos desde 2016 da emenda constitucional do Teto de Gastos. Com essa emenda, ano após ano, o governo vai, para o cumprimento do teto, comprimindo cada vez mais as suas despesas discricionárias. Nós estamos tendo, então, um corte nas nossas despesas discricionárias que vai comprometer de forma muito grave o funcionamento das instituições universitárias. Essa análise pode ser projetada para todo o serviço público. A Emenda do Teto de Gastos, cada vez mais, aproxima a administração pública federal de um colapso de gestão por incapacidade de financiamento.



Fabrício Tavares de Faria, o Pró-Reitor de Administração do IF Sudeste MG

**“A diminuição significativa apresentada no orçamento disponível em 2021 poderá acarretar uma série de consequências drásticas à manutenção e ao funcionamento adequado dos campi e da Reitoria”**

**Jornal Travessia – Qual o quadro orçamentário dos Institutos Federais para o término de 2020?**

**Fabrício Tavares** – Devido ao cenário da pandemia do coronavírus, o governo editou no Decreto de programação orçamentária e financeira uma regra em que o orçamento de 2020 não teria contingenciamento ou limitações no exercício de 2020. Portanto, o orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual de 2020 está todo disponível para execução.

**JT** – Considerando que a Lei Orçamentária prevê grandes cortes para as instituições federais de ensino, qual o cenário para 2021? tem o orçamento das instituições.

**Fabrício Tavares** – O valor apresentado pela proposta de orçamento para 2021 é de R\$ 28,06 milhões, representando uma redução de 24,30% em relação a 2020, o que significa um valor a menor de R\$ 9,01 milhões.

Nos últimos anos, o IF Sudeste MG fez uma gestão eficiente dos recursos públicos, por meio da produção de estudos técnicos. Instituiu políticas de otimização dos gastos, como por exemplo as compras compartilhadas, proporcionando ganho em escala nos materiais adquiridos; revisão dos contratos de mão de obra; medidas para conscientização dos servidores, estudantes e colaboradores em relação ao consumo de energia elétrica e implementou medidas de eficiência energética e investimentos em energia fotovoltaica. Além disso, mesmo diante de dificuldades orçamentárias, a instituição vem alcançando excelentes resultados acadêmicos e aumentando sua oferta de cursos e vagas, em diferentes níveis e modalidades.

A diminuição significativa apresentada no orçamento disponível em 2021 poderá acarretar uma série de consequências drásticas à manutenção e ao funcionamento adequado dos campi e da Reitoria, como por exemplo: nos contratos de limpeza, atividade essencial para a prevenção e o cuidado durante o cenário atual de pandemia; na vigilância patrimonial, que proporciona segurança aos usuários dos espaços internos das unidades; e, ainda mais relevante, nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Diante deste cenário preocupante, a comunidade do IF Sudeste MG espera que o Congresso Nacional possa analisar a proposta orçamentária enviada pelo governo e trabalhe para alterar a situação e recompor o orçamento aos níveis de 2020, mesmo sem a correção da inflação, o que garantiria a continuidade das atividades do IF. Ainda neste sentido, a instituição, em parceria com o CONIF, trabalha para buscar soluções que possibilitem a reversão do cenário para 2021.



Cláudio Roberto Barbosa Simões Rodrigues, Diretor de Administração e Planejamento do Campus Juiz de Fora do IF Sudeste MG

**“Se a gente mantiver toda a estrutura de terceirização que temos, vamos ter que cortar lá na ponta, que são as bolsas de ensino, pesquisa e extensão.”**

**Jornal Travessia – Qual o quadro orçamentário dos Institutos Federais para o término de 2020?**

**Cláudio Roberto Rodrigues** – Dentro do IF Sudeste MG, respondendo pelo campus de Juiz de Fora, tivemos ao longo ano de 2020, com a paralisação das atividades desde o dia 17 de março, algumas economias, relacionadas a, por exemplo, contas de água, luz. Tivemos que suspender algumas manutenções que não precisaram ser feitas. Por exemplo, refeitórios onde os alunos almoçavam todos os dias e jantavam. Tivemos uma série de economias. Fomos obrigados a fazer ajustes nos contratos dos terceirizados referentes às medidas provisórias dentro da questão trabalhista. Tivemos que suspender pagamentos de vale alimentação e transporte para aqueles que ficaram em casa etc.

Com esse movimento com os terceirizados, tivemos estas economias. Então não estamos passando aperto agora. Isso dá uma certa tranquilidade, entre aspas, porque além das economias tivemos custos diferentes. Por exemplo, abrimos edital para acesso digital para acesso à internet e para compra de equipamentos para estudantes e isso acabou pesando para a gente. Que era uma demanda que não tínhamos.

Estamos fazendo também licitações relacionadas a insumos e equipamentos que precisaremos caso tenhamos um retorno presencial em breve. Não sabemos quando será, mas não vamos deixar para ver na última hora. O IF Sudeste MG fez o projeto Reencontro e estamos discutindo quais são as necessidades para o retorno e estamos trabalhando numa licitação para comprar esses itens. Serão gastos grandes no final de 2020 com itens que vão garantir uma possibilidade de retorno com mais segurança. Por algum período. É claro que não temos como estimar quanto de álcool gel vamos usar...esse tipo de coisa. Se a gente voltar presencialmente daqui a três meses ou no início do ano que vem, nós já teremos os equipamentos comprados com os recursos de 2020.

Apesar dos recursos terem vindo decrescentes nesses anos todos, para 2020 posso falar que não teremos problemas, pelo menos aqui no campus Juiz de Fora, porque já tínhamos questões trabalhadas de infraestrutura e tivemos economia com a pandemia, apesar desses gastos que tivemos além do normal, dentro das ações de enfrentamento da Covid, como atendimentos com projeto de extensão, produção de máscaras para doação e compras de cestas básicas.

**JT – Considerando que a Lei Orçamentária prevê grandes cortes para as instituições federais de ensino, qual o cenário para 2021?**

**Cláudio Roberto Rodrigues** – Já 2021 é um problema sério (veja quadro ao lado). Se não tivéssemos, em 2020, a economia forçada pela pandemia seria uma ano

muito “justinho”, porque os números de 2020 são próximos aos valores de 2012 em valores absolutos. Em 2021 vamos ter todos os problemas juntos.

O grande problema do campus hoje é a terceirização, porque já consome grande parte do orçamento e com o corte muito grande, na casa dos 24%, 25%, se a gente mantiver toda a estrutura de terceirização que temos, vamos ter que cortar lá na ponta, que são as bolsas de ensino, pesquisa e extensão.

Teremos troca de gestão no campus em maio do ano que vem, com eleição ainda este ano, mas enquanto a gente estiver na gestão, queremos manter os nossos ideais. Nós não queremos deixar de fomentar, com os recursos do campus, o ensino, pesquisa e extensão. Mas sabemos que será muito difícil, dado esse “cobertor curto”.

Do lado da terceirização, os contratos têm, todos eles, direitos a repactuações, então os valores vão subindo sempre e a gente já está no limite com respeito a número de pessoal, porque, com essas quedas de orçamento ano a ano, tivemos que vir cortando tudo. Por exemplo, já tivemos quatro motoristas no campus, estamos com dois e possivelmente ano que vem teremos que ficar com um.

Faxineiras: Já tivemos cerca de 30 e temos hoje 22. Recepcionistas: diminuimos pela metade. Então a mão de obra terceirizada já está muito enxuta e retirar dessa área será dolorido para o funcionamento do campus, mas vai ser uma das alternativas. Essa é a perspectiva, de termos problemas.

Nossa esperança é de que a PLOA não seja aprovada com os valores que ali estão. Seria a salvação para todos. Os valores que ali estão não garantem que os trabalhos sejam executados com a mesma condição. Fatalmente teremos que cortar esses dois pontos. Terceirização, que são famílias ali envolvidas, além do serviço do Instituto, e o apoio a ensino pesquisa e extensão, sem falar nos insumos. E a terceirização tem uma questão delicada porque, com a covid, as necessidades de limpeza cresceram.

Para além desses recursos de funcionamento da unidade, temos os recursos de assistência estudantil, onde tivemos uma grande queda. Então eu não sei ainda como equacionar esse problema, porque teremos um número de atendidos muito menor do que sempre tivemos. Uma das alternativas que já lançamos mão em outros momentos, foi de tirar recursos do funcionamento do campus, para passar para a assistência estudantil. Pode ser que até a gente crie condições para isso, mas numa primeira análise não temos condições de fazer, por tudo que já disse aqui.

Nossa esperança vai ser a revisão da PLOA. Já estamos entrando em contato com os parlamentares da região, não só em nome do IF Sudeste MG, mas em nome do campus.

**IF SUDESTE MG - Campus Juiz de Fora**

	Funcionamento do Campus	Assistência Estudantil	TOTAL
2020 (LOA)	R\$ 6.191.931,00	R\$ 1.999.928,00	R\$ 8.191.859,00
2021 (PLOA)	R\$ 4.794.702,00	R\$ 1.476.369,00	R\$ 6.271.071,00
Diferença	R\$ 1.397.229,00 -22,57%	R\$ 523.559,00 -26,18%	R\$ 1.920.788,00 -23,44%

# COMO ANDA O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL?

*Conselheiros da APES contam como está a implementação do ERE na UFJF e no IF Sudeste MG*

Desde a suspensão das atividades presenciais na UFJF e no IF Sudeste MG em março de 2020, defendida e reivindicada pela APES no início da pandemia, a entidade passou a acompanhar atentamente os encaminhamentos político-administrativos, tomados no âmbito das instituições e seus possíveis desdobramentos.

Alinhada com as construções do Sindicato Nacional e com as demandas apresentadas pela categoria localmente, a APES assumiu uma posição crítica sobre a adoção do chamado ensino remoto emergencial nas instituições de ensino, defendendo a necessidade de uma ampla análise e reflexão acerca do significado dessa forma de ensino para a educação pública e para a vida de docentes e discentes.

As ações administrativas e jurídicas realizadas pela APES a partir de então foram construídas em diversas reuniões virtuais de Diretoria, do Conselho de Representantes, com os representantes da APES em Comissões criadas pela UFJF para organizar o retorno ao trabalho e em reuniões com demais entidades representativas da universidade e do IF Sudeste MG.

Diante da realidade do ERE, a APES passa agora a realizar um diagnóstico das atuais condições do trabalho docente. E se coloca integralmente em defesa da preservação da vida, da saúde física e mental da comunidade acadêmica e escolar e da manutenção da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão neste momento excepcional. Para isso, ouvimos membros do Conselho de Representantes sobre a experiência de implementação e de andamento do ERE nas instituições. E convocamos a categoria a contribuir com a construção de uma pauta da categoria levando em conta este novo cenário.



**UFJF - Campus Juiz de Fora**  
Rubens Luiz Rodrigues

## Como você avalia o processo de implementação do ERE na UFJF?

O ERE foi implementado a partir de um processo de discussão que envolveu as instâncias da UFJF como departamentos, conselhos de unidade e, sobretudo, o Conselho Superior. A instalação de grupos de trabalho para delinear as normas, os processos e as definições sobre o funcionamento do ERE foi importante já que havia desafios bastante significativos de organização no ensino superior, na educação básica, no trabalho docente. A preocupação com a vida e com a qualidade do ensino orientou as formulações. O esforço de coordenação do trabalho coletivo foi interessante, mas é necessário avançar no debate em termos da qualidade de ensino para evitar que a natureza do trabalho docente seja minimizada por um contexto de tecnologias da informação e da comunicação que privilegiam atividades assíncronas.

## Passados já alguns dias da implementação do ERE, pode nos descrever a experiência de trabalho nesta modalidade?

Em que pese a possibilidade de atividades síncronas, as plataformas privilegiam atividades assíncronas. Como entendo que educação é, sobretudo, processo, interação, diálogo, considero que é preciso avançar no debate de plataformas públicas que favoreçam, de fato, a natureza do trabalho educativo. Avançar nessa discussão é contribuir com a qualidade de ensino e para a formação das e dos estudantes. Ao mesmo tempo, as questões da intensificação do trabalho docente ainda tangenciam o debate institucional. Além da organização da atividades de acordo com a natureza do seu trabalho, estamos enfrentando questões relativas aos recursos de tecnologia e informação que concorrem com as finalidades educativas.



**UFJF - Campus Governador Valadares**  
Henrique Queiroz (Faculdade de Educação)

## Como você avalia o processo de implementação do ERE o campus de Governador Valadares?

Avalio que a implementação demorou demais a ser debatida como um todo na UFJF, de tal forma que as discussões ficaram extremamente cansativas e foram realizadas de maneira atabalhoada, atingindo diretamente a capacidade de discussão do tema, devido a dois fatores causados pela demora na tomada de ação: em primeiro lugar destaco a demora da Administração Superior em tomar uma decisão coerente com a urgência do tema, trazendo a comunidade acadêmica como um todo para o debate e discutindo ampla e abertamente as dificuldades impressas pela pandemia e as possibilidades de ação. O segundo devido à esta mesma demora foram as reuniões em seguida tanto no Congrad quanto no Consu para a implementação súbita de um modelo não adequado para o processo, adotando um sistema privado do Google para realizar tarefas que o Moodle, sistema aberto e público já o faz. Esta decisão abriu brechas para o uso indevido de materiais da universidade por empresas que ganham dinheiro se utilizando de informações geradas pelo público.

## Passados já alguns dias da implementação do ERE, pode nos descrever a experiência de trabalho nesta modalidade?

A experiência não tem sido construtiva. As aulas se tornaram muito monótonas e monocórdias devido às dificuldades de comunicação em meio remoto. As e os estudantes não estão acostumados a participar deste tipo de interação e acabam por silenciar durante as aulas, ao saber que as aulas síncronas são gravadas e registradas para aqueles que não puderam se conectar na hora combinada. As aulas que em geral levavam 1 hora e 40 minutos tem sido realizadas em 1 hora e 10, 1 hora e 20 minutos devido à baixa participação dos estudantes. Ou seja, não está sendo fácil perceber o nível de aprendizado e acompanhamento dos conteúdos, já que o estudantes raramente tomam a fala para expressar suas dúvidas, incertezas ou participar ativamente dos conteúdos que estão sendo ministrados.





**IF Sudeste MG**  
Graziary Pena Dias

### Como você avalia o processo de implementação do ERE no IF Sudeste MG?

Sobre o ERE, destaco que a ideia geral foi importante e necessária para fazermos o enfrentamento ao processo de ensino que havia sido acertadamente paralisado, em meados de março deste ano. Com relação ao processo, as visões são corroboradas por vários colegas que expressaram suas opiniões em reuniões que foram acontecendo ao longo dos meses que se seguiram. Basicamente, sem desprezo pelo esforço dos idealizadores, pondero que as discussões democráticas sobre o ERE ocorreram tardiamente e a sua implementação aligeiramente. Destaco que a consulta pública que foi feita pelo IF Sudeste MG, como forma de democratizar as discussões sobre o ERE, ocorreu em 03 de agosto de 2020, com previsão de início do ERE, em 14 de setembro do ano corrente. E isto se reflete nos problemas que estamos enfrentando.

### Passados já alguns dias da implementação do ERE, pode nos descrever a experiência de trabalho nesta modalidade?

A experiência é relativamente nova para mim, pois já trabalho com educação a distância desde 2008. Claro que o ERE não é EaD, mas muitas de suas ferramentas tecnológicas tem inspiração na educação a distância. No entanto, a experiência que temos vivenciado tem apresentado alguns problemas que começam com as questões técnicas, já que o link do SIGAA não tem suportado o fluxo de acessos. Há dias em que nos horários de “pico”, como o início da manhã, simplesmente não é possível entrar no SIGAA. Outro ponto tem sido a dificuldade dos estudantes em realizar algumas tarefas no SIGAA, já que por meio do smartphone, muitas funções não aparecem para o aluno. Outra questão é com relação ao “direito autoral e de imagens” relativos aos materiais postados no SIGAA. Há certa insegurança por parte de nós professores em utilizar alguns materiais, vídeos do You Tube, entre outros; já que pelas orientações que foram repassadas pelo IF Sudeste MG, no webinar ocorrido às vésperas do ERE, numa quinta-feira (17/09/2020), intitulado “Orientações sobre direitos autorais e de imagem”, ficaram expressos os vários óbices que temos de enfrentar para produzir materiais didáticos, como videoaulas, para auxiliar os estudantes em seus estudos remotos. Outra questão que tem trazido muita insegurança é com relação à disponibilização da gravação de aula síncronas pelos docentes. Quando nós realizamos uma aula em tempo real (no limite de 25% da carga horária da disciplina), temos que gravar esta aula. No entanto, estamos enfrentando um problema, pois não temos autorização prévia dos alunos maiores de idade e temos autorização dos alunos menores de idade e de seus responsáveis legais, para socializar as gravações para que os estudantes possam assistir novamente as aulas. Isto ainda está sendo pacificado, porém os relatos são de que parcelas dos estudantes e seus responsáveis não estão autorizando o uso de imagem e áudio dos estudantes; o que esbarra nos aspectos legais. Não deixo de pensar que se este processo pudesse ter sido construído a mais tempo, ou pelo menos, o ERE só iniciasse quando esta questão estivesse pacificada com a comunidade acadêmica, é provável que a adesão em autorizar seria maior.



**IF Sudeste MG**  
Miguel Fabiano de Faria

### Como você avalia o processo de implementação do ERE no IF Sudeste MG?

Primeiramente devo reconhecer a responsabilidade da administração do IF Sudeste MG ao priorizar a preocupação com a saúde e com as vidas dos servidores, alunos e comunidade dos municípios atendidos pelo Instituto Federal, considerando que em nenhum momento durante esses sete meses de pandemia, foi cogitada qualquer medida que pudesse colocar vidas em risco. No entanto, no processo de implementação do ERE ocorreram atropelos à democracia institucional, uma vez que o Projeto Reencontro, que deu origem à proposta do ERE, foi elaborado e implantado sem a apreciação do Conselho Superior, órgão máximo consultivo e deliberativo do Instituto Federal. O projeto iniciou os trabalhos em 16 de junho de 2020, por meio da Portaria nº 383, publicada pela reitoria, já com as 10 comissões de trabalho formadas, sem uma representatividade democrática da comunidade acadêmica, pois não houve a possibilidade dos docentes, TAES e discentes candidatarem-se a participar das comissões. Alguns poucos alunos somente foram incluídos em comissões já no final dos trabalhos, enquanto os servidores, que foram indicados pelos gestores, em sua grande maioria eram ocupantes de cargos de confiança do reitor ou dos diretores dos campi. O Projeto Reencontro ocorreu de forma democrática apenas entre os membros das comissões, mas para a totalidade da comunidade acadêmica não foi um processo democrático, pois não havia em sua composição representantes de fato dos três seguimentos e ainda total exclusão das representações sindicais do processo. O ERE, fruto da Comissão C6 do Projeto Reencontro, tramitou pelos órgãos colegiados de maneira aligeirada, numa clara tentativa de recuperar o tempo em que o calendário acadêmico acertadamente esteve suspenso. Porém, a pressa em aprovar uma resolução, novamente comprometeu a discussão democrática de ideias. A possibilidade de participação da comunidade acadêmica ocorreu exclusivamente por meio de uma consulta pública que durou apenas 5 dias úteis, o que inviabilizou as possibilidades de realização de encontros remotos para se debater a proposta. Até mesmo a devolutiva dessa consulta pública deixou a desejar em transparência, pois foi apresentada em forma de perguntas e respostas gerais. Os questionamentos específicos e as respostas aos mesmos não foram divulgados. Essa é apenas uma síntese dos muitos problemas observados por boa parte do corpo docente do IF Sudeste MG.

### Passados já alguns dias da implementação do ERE, pode nos descrever a experiência de trabalho nesta modalidade?

A Pandemia já deixa um prejuízo educacional gigantesco. O corpo docente tem se esforçado muito para tentar manter um mínimo padrão de qualidade nessa modalidade de ensino, totalmente nova para a grande maioria. Particularmente, observo que há uma intensificação do meu trabalho como docente, uma vez que preciso produzir os materiais didáticos, editar vídeos, textos e imagens para não ferir direitos autorais e de imagem. Como forma de realizar uma avaliação processual, que suavize a carga do ERE para os discentes, tenho procurado diversificar as atividades avaliativas o que gera também a intensificação do trabalho. Sem contar o grande problema que é o trabalho remoto, pois precisamos dividir o tempo e o espaço do lar com o trabalho docente, e o cuidado dos filhos, que também estão em casa em período integral. Já recebo relato de alunos com uma dificuldade muito grande de se adaptar ao ERE. Apesar dos importantes editais de assistência estudantil para acesso digital com bolsas para aquisição de computadores e planos de dados de internet, muitos alunos iniciaram o ERE sem serem contemplados pelo programa e dispõem apenas de um celular para acessar o SIGAA, que não é adaptado em todas as suas funcionalidades para esse tipo de dispositivo. O risco da evasão é real para esses discentes e a preocupação com o adoecimento de estudantes, professoras e professores pela sobrecarga de trabalho também é grande.

# APES CRIA CANAIS PARA CONSTRUIR PAUTA DOCENTE SOBRE O ERE

Diante da implementação do Ensino Remoto Emergencial na UFJF e no IF Sudeste MG, a APES criou dois canais de comunicação com sua base, para apreender aspectos das condições de vida e de trabalho neste novo contexto, e identificar as necessidades atuais de sua base.

Considerando que o ERE provoca transformações profundas na natureza do trabalho docente e nos processos de ensino-aprendizagem, com impactos no projeto de educação pública e de qualidade como um todo, a APES pretende construir uma pauta específica da categoria docente, para dar continuidade à luta da entidade na defesa dos docentes e das docentes. Além disso, seguindo os encaminhamentos do 9º CONAD Extraordinário, a APES pretende realizar um levantamento sobre as consequências do ERE para os professores e professoras.

## QUESTIONÁRIO

Um questionário de múltipla escolha está disponível no site [apesjf.org.br](http://apesjf.org.br). As perguntas pretendem realizar um diagnóstico rápido da atual situação da categoria, apresentando questões específicas sobre as condições de vida durante a pandemia e as condições de trabalho com a implementação do Ensino Remoto Emergencial. As respostas poderão ser enviadas até a primeira semana de dezembro. Acesse em nosso site clicando na chamada de divulgação, na página inicial.



## QUESTIONÁRIO DOCENTE sobre o Ensino Remoto Emergencial

Ajude a APES a identificar os desafios e demandas da categoria docente na modalidade de Ensino Remoto Emergencial.

Acesse o formulário online disponível na página inicial do site da APES, [www.apesjf.org.br](http://www.apesjf.org.br) e participe de nossa pesquisa!

## APEZAPP

Com a criação de uma linha direta no whatsapp, a APES cria uma forma de escuta sobre a experiência do trabalho remoto vivenciada no cotidiano pela categoria.

Neste canal, docentes podem enviar relatos de experiências, levantamento de questões, denúncias, apresentação de demandas e demais situações que possam ajudar a APES a atuar na defesa da categoria nesta nova situação de trabalho.

Podem ser enviadas mensagem de texto ou áudio, ou por documentos de texto anexados à mensagem, para o número (32)99158-6940.

## PAUTA ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

A APES convoca a categoria a construir coletivamente a pauta de reivindicação docente sobre o ERE na UFJF e no IF Sudeste MG.

Envie em nosso whatsapp seu relato sobre a experiência e as condições de realização do ERE neste momento. Com atenção aos seguintes aspectos:

- Ambiente de trabalho;
- Jornada de trabalho;
- Infraestrutura;
- Acessibilidade digital;
- Condições de ensino-aprendizagem;
- Condições de atividades de pesquisa e extensão;
- Dinâmicas das relações interpessoais com colegas e chefias;
- Saúde física e mental;
- Impactos na vida doméstica;
- Principais dificuldades e desafios.

Envie para o whatsapp (32) 91586940

# TODOS PRECISAM DE ARTE

*Financiamento público é a melhor saída para o futuro da cultura no Brasil*

A pandemia do novo coronavírus, além de provocar mais de 1 milhão de vítimas fatais no mundo, afetou todos os setores da sociedade. A cultura, por exemplo, foi fortemente impactada, quando o isolamento social rígido tornou-se a principal saída para conter a contaminação. Para grande parte das áreas ligadas às produções artísticas, a aglomeração se fazia necessária para a sua realização. Com isso, trabalhadores do setor cultural se viram financeiramente prejudicados, já que não se discutiu, inicialmente, saídas advindas do poder público, direcionadas à categoria.

A conquista de auxílio público só se tornou real com a organização e mobilização da classe artística. Os movimentos e manifestos criados na pandemia deram visibilidade ao trabalho cotidiano de diversos agentes políticos da cultura, que atuam em fóruns, comissões e organizações. E ajudaram a viralizar e a vocalizar demandas, pressionando ações políticas em prol da cultura nas esferas federal, estadual e municipal.

## LEI ALDIR BLANC

Em maio de 2020, o compositor, e escritor brasileiro Aldir Blanc foi uma das vítimas do novo coronavírus, aos 73 anos. Sua morte demonstrou a necessidade de repensar o lugar que a arte vem ocupando no Brasil, atualmente. Em homenagem a ele, a lei emergencial que garante auxílio financeiro aos trabalhadores e espaços ligados ao setor cultural durante o período de calamidade, regulamentada em agosto de 2020, ganhou seu nome.

A *Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc* liberou aproximadamente R\$ 3 bilhões para

que fossem distribuídos entre estados e municípios brasileiros. Este financiamento vem do Fundo Nacional de Cultura, com recursos federais que já existiam no Tesouro, mas que continuavam sem serem aplicados pelo governo Bolsonaro. Após a pressão popular, a lei foi sancionada no Congresso.

A distribuição de recursos descentralizada e menos burocratizada, compatível com o momento de urgência, atendeu ainda uma antiga demanda da classe artística, no sentido da democratização do financiamento público da cultura como forma de diminuir as desigualdades existentes no interior da própria área. As ações emergenciais atendem trabalhadores e trabalhadoras da cultura, espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas e instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram suas atividades interrompidas por força das medidas de distanciamento social para o controle da pandemia.

Minas Gerais recebeu R\$135 milhões, a serem divididos entre seus municípios, os quais também recebem parte da verba direcionada pela federação. A lei também permite que projetos aprovados pela Lei Rouanet sejam adaptados de forma menos burocrática, para serem realizados dentro das possibilidades atuais.

## JANELAS ABERTAS

Também como forma de fomento à cultura em meio a pandemia, a Pró-reitoria de Cultura da UFJF criou o prêmio *Janelas Abertas*, que tem por objetivo “apoiar projetos de diversas áreas artísticas e democratizar os espaços culturais da UFJF,



Estudantes do IAD (UFJF) durante ato em 2019. Foto: Estela Loth

permitindo envolvimento e integração ainda maiores entre a Universidade e as comunidades interna e externa”. O prêmio em dinheiro será destinado a 150 propostas em formatos visual ou audiovisual, e busca minimizar o impacto do isolamento para a classe artística, colocando os equipamentos culturais da universidade à serviço do incentivo, divulgação e circulação das produções de um segmento que encontra poucas possibilidades de realização neste contexto.

## NA NUVEM

A Fundação Cultural Ferreira Lage, FUNALFA, responsável pela política cultural de Juiz de Fora, foi responsável pela criação do edital *Na Nuvem*. A fundação irá direcionar parte de uma verba parlamentar existente desde 2015 ao fomento de produções locais.

O nome *Na Nuvem* tem duplo significado. Remete aos serviços de armazenamento digital chamados de “nuvem”, pelo fato do edital ser voltado para produções que serão disponibilizadas na internet. Além disso, faz referência à necessidade de trazer leveza a um momento de tantas incertezas.

O edital prevê um investimento de R\$ 77.520, com a proposta de selecionar cento e dois projetos, em que cada um receberá R\$ 760. O edital não está relacionado à Lei Aldir Blanc, portanto, foi possível se inscrever tanto para participar do edital, quanto para solicitar este auxílio.

## FUTURO

O elevado consumo de *lives*, filmes, séries, visitas à museus virtuais entre outras produções no período de distanciamento social, evidencia a importância das produções culturais para a sociedade. As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do setor, entretanto, demonstram a carência de uma política pública de cultura duradoura e democrática. Como afirmou o professor e artista Julio Satyro, um dos convidados da *live* “Arte e Cultura em tempos de pandemia” realizada pela APES, “fora da possibilidade da realização de políticas públicas de fomento à arte, o cenário é o pior possível. Dentro da possibilidade de criação de políticas públicas para fomento de cultura, aí eu vejo saída. É a única saída para os trabalhadores de criação, no pós-pandemia.”

# APES PUBLICA SEGUNDO VOLUME DA SÉRIE DE ARTIGOS “PANDEMIA E POLÍTICA”



Nesta edição do Travessia, trazemos o segundo volume da publicação digital **Pandemia e Política**, que reúne uma série de artigos de docentes de instituições federais de ensino.

Os artigos foram publicados no site da APES e são frutos de pesquisas e discussões que estão sendo desenvolvidas nas diversas áreas de conhecimento, na tentativa de contribuir para o enfrentamento da pandemia do Coronavírus e suas consequências, seja no campo da saúde, da educação, do trabalho, da economia, da política, da cultura,

enfim, da vida de todos e todas em suas diversas esferas. [Acesse a publicação aqui.](#)

A primeira edição foi publicada na edição anterior do Travessia e também encontra-se disponível em nosso site. Boa leitura!

## CONFIRA OS TEXTOS DESTA EDIÇÃO

“Correndo para o fundo do poço: negação da ciência e terraplanismo econômico na reação do governo à crise da pandemia” “

*Bráulio Santiago Cerqueira*

“Pandemia e luta de classes sociais no Brasil atual”

*Luiz Antonio da Silva Peixoto*

“Ensino Remoto Emergencial (ERE) e protocolo pedagógico”

*Rubens Luiz Rodrigues*

“EReflexões sobre o direito em tempos pandêmicos”

*Gustavo Seferian*

“Pandemia. Parar tudo, urgente!”

*Daniel Pimenta*

# ESPECIAL ELEIÇÕES ANDES-SN



ENCARTE ESPECIAL | OUTUBRO DE 2020 |

Democracia sindical | A participação de todos fortalece a luta

## ANDES REALIZA ELEIÇÕES TELEPRESENCIAIS PARA ESCOLHA DA NOVA DIREÇÃO DO SINDICATO

Seguindo as deliberações do 9º CONAD Extraordinário, as eleições para a Diretoria do ANDES-SN, biênio 2020/2022, se realizam entre os dias 03 e 06 de novembro de maneira telepresencial. Confira neste encarte informações sobre o pleito e os materiais de divulgação da Chapa 1 – Unidade para Lutar: em defesa da educação pública e das liberdades democráticas e da Chapa 2 – Renova ANDES.



**CONFIRA AS INFORMAÇÕES DA CHAPA 1 – UNIDADE PARA LUTAR**

Pág. 2

**CONFIRA AS INFORMAÇÕES DA CHAPA 2 – RENOVA ANDES**

Pág. 4

**VEJA O CALENDÁRIO ELEITORAL**

Pág. 6

# DEFENDER A EDUCAÇÃO PÚBLICA E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

## UNIDADE PARA LUTAR: defender a educação pública e as liberdades democráticas

Na pandemia se evidenciou a importância das universidades públicas, Institutos Federais e Cefets, que passaram a ser ainda mais admirados, na medida em que demonstraram seu compromisso social com a produção de conhecimentos e ações concretas. Apesar disso, a educação pública está sendo profundamente golpeada com sucessivas reduções orçamentárias e ataques à sua autonomia.

Bolsonaro interfere abertamente na democracia das instituições: 40% dos/as reitor(a)s não são legítimo(a)s. O governo mapeia professores/as antifascistas e a CGU estabelece normas que exigem alinhamento ao governo.

Nossa carreira vem sendo desconstituída por sucessivas mudanças. As contrarreformas da previdência aumentaram contribuição dos antigos e prejudicam especialmente os novo(a)s docentes. A Reforma Administrativa acaba com

a estabilidade, retira direitos e abre portas para a privatização.

Não temos segurança para retorno presencial e o ensino remoto evidenciou a desigualdade de acesso e permanência, prejudica os mais pauperizados, precariza as condições de trabalho, adoce a categoria e oculta a ausência de medidas de melhoria da infraestrutura e novos concursos para a futura retomada presencial.

A correlação de forças para

os que defendem a democracia e os direitos sociais é difícil, visto a unidade da autocracia ultraliberal e dos fundamentalistas que avançaram em seu objetivo de invalidar a Constituição de 1988 com um conjunto de contrarreformas.

A Chapa 1 construirá coalizões em defesa dos direitos sociais e, especificamente, da educação pública, da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura. Defendemos que trabalhadoras/es, movimen-

tos antirracistas, pela reforma agrária, feministas, LGBTQI+, em suma, todos os que têm sua humanidade negada, façam frentes unitárias e democráticas para derrotar o projeto neofascista e autocrático do governo e de sua base de apoio.

A defesa da educação pública faz parte da luta pela democracia: UNIDADE PARA LUTAR!

Conheça nosso Programa! VOTE CHAPA 1

## CHAPA 1 – UNIDADE PARA LUTAR 2020/2022

Presidente	Rivânia Moura - UERN
1º Vice-Presidente	Milton Pinheiro - UNEB
3º Vice-Presidente	Luiz Araújo – UNB
Secretária Geral	Regina Ávila – UFSC
1º Secretário	Rodrigo Medina - UNIFESP
2º Secretária	Francieli Rebelatto - UNILA
3º Secretário	Luiz Blume - UESC
1º Tesoureiro	Amauri Fragoso - UFCG
2º Tesoureira	Sirliane Paiva - UFMA
3º Tesoureira	Jennifer Susan Webb Santos (UFPA)

**UM SINDICATO AUTÔNOMO PARA DEFENDER A UNIVERSIDADE PÚBLICA E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS**

**VOTE CHAPA 1**  
entre os dias 3 e 6 de novembro!

 @andes.chapa1

 /ANDESUnidadeParaLutar

 Chapa 1 - Unidade para Lutar

 chapa1unidadeparalutar.com

**CHAPA 1**  
ELEIÇÕES ANDES-SN



# DEFENDER A EDUCAÇÃO PÚBLICA E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

**Convidamos a categoria a conhecer nosso programa e a somar nessa caminhada!**

Prezados/as colegas, Somos um conjunto de docentes que colocam seus nomes à apreciação de cada filiada(o) ao ANDES-SN para concorrer pela Chapa 1 – Unidade para Lutar.

As eleições do ANDES-SN acontecem no meio de uma pandemia, da continuidade da política de austeridade fiscal e de profundos ataques aos nossos direitos e nossas liberdades. Ataques orquestrados por um governo de extrema direita, expressão do autoritarismo e do conservadorismo.

Somos uma chapa comprometida com o enfrentamento dos problemas cotidianos da categoria e, ao mesmo tempo, comprometida com a luta para for fim à exploração e opressão existente. Por isso, em cada seção sindical, estamos na linha de frente no combate às reformas que tiram nossos direitos, no firme compromisso de mobilizar a categoria para ocupar as ruas e as redes contra qualquer ataque aos docentes, aos servidores públicos e demais tra-

balhadores. Nossa chapa elege como principal tarefa construir a unidade mais ampla em defesa da educação pública, dos serviços públicos, da autonomia de nossas universidades e das liberdades democráticas.

Para cumprir essa tarefa é necessário preservar a independência e autonomia do nosso sindicato. Assim, independente de quem governa, seja na esfera federal, estadual ou municipal, continuamos sempre na luta pelos interesses da categoria. Representamos a continuidade e a mudança. Reivindicamos o trabalho desenvolvido pelas últimas diretorias e somos expressão da ação sindical da nova geração de nossas instituições públicas de ensino superior.

Somos homens e mulheres que nunca abandonaram o sindicato. Daremos continuidade à trajetória histórica do ANDES-SN, de um sindicato classista, democrático e construído pela base. Somos feministas, antipatriarcais e antirracistas.

Somos Chapa 1 UNIDADE PARA LUTAR  
Em defesa da educação pública e das liberdades democráticas

**Contrarreforma Administrativa e Ensino Remoto: implicações na nossa carreira**

Este ano de 2020 tem sido intenso e difícil para a docência. De um lado, uma contrarreforma administrativa que pretende destruir o serviço público. De outro, fomos obrigados ao distanciamento social e, de forma emergencial, exercer a docência remotamente. Para além da emergência, não devemos perder a noção de que essas questões se articulam com um processo de fragmentação e aceleração do tempo e de precarização das condições de trabalho e a destruição do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Nós da chapa 1 defendemos que o EaD não pode substituir o ensino presencial, embora reconheçamos a sua necessidade em determinadas situações e contextos, como neste momento de pandemia. Porém, nós somos contra sua regulamentação, porque é a oficialização da precarização e flexibilização do trabalho docente e, nesse momento, a luta é para que o ônus material e demais necessidades impostas pelo trabalho remo-

to sejam garantidas pelas instituições de ensino.

Nosso compromisso é com a valorização de nosso trabalho. Defendemos a carreira docente única, com ingresso por concurso público como garantia da transparência ao acesso, regime prioritário de dedicação exclusiva que permita ao/à docente não depender de trabalhos complementares, estabilidade no emprego que assegure que os/as servidores/as trabalhem pautados/as por projetos imunes à pressão e flutuações administrativas e aposentadoria integral que garanta um futuro menos inseguro.

A reforma administrativa quer destruir nossa carreira. Ela é continuidade da política de redução do tamanho e função do Estado Social, precedida pelas Contrarreformas da Previdência e Trabalhista, Lei de terceirização e, principalmente, a Emenda Constitucional 95.

Derrotar a Contrarreforma Administrativa é nossa tarefa central.

Somos Chapa 1 UNIDADE PARA LUTAR  
Em defesa da educação pública e das liberdades democráticas

**UM SINDICATO AUTÔNOMO PARA DEFENDER A UNIVERSIDADE PÚBLICA E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS**

**VOTE CHAPA 1 entre os dias 3 e 6 de novembro!**

 @andes.chapa1

 /ANDESUnidadeParaLutar

 Chapa 1 - Unidade para Lutar

 chapa1unidadeparalutar.com

**CHAPA 1**  
ELEIÇÕES ANDES-SN



## POR UM SINDICATO NACIONAL DE TODAS E DE TODOS DOCENTES

### RENOVA ANDES!

#### Por um Sindicato Nacional de todas e todos docentes!

De 3 a 6 de novembro, teremos as eleições para o nosso

Sindicato Nacional. A priori, constatamos que o ANDES-SN é, hoje, uma realidade distante para muitos e muitas colegas docentes que estão vivendo cotidianamente a ameaça da reforma administrativa, os percalços do ensino remoto sem as condições devidas, o ataque à autonomia e à democracia universitárias, a precarização das condições de trabalho, a crise de financiamento da educação e da pesquisa, as ameaças à estrutura da carreira e à liberdade de cátedra.

A CHAPA 2 – RENOVA ANDES-SN propõe, por meio da renovação de nosso Sindicato Nacional, o enfrentamento deste grave momento, com seus efeitos sobre a categoria docente e a defesa dos serviços públicos, para manter e ampliar as

Universidades, os CAPs, os CEFETS e os IFs. É preciso ter um ANDES-SN mais próximo da base e mais aberto

para atuar junto com as associações científicas, os movimentos sociais, o movimento estudantil, os técnicos-administrativos e os demais trabalhadores terceirizados da Educação.

Assim, vamos tornar nosso ANDES-SN novamente importante para a categoria. Nossa prioridade será lutar contra as políticas destrutivas e defender um Sindicato Nacional, independente e autônomo, que dialogue com professores (as) e que saia da defensiva, estando mais próximo de cada luta, contri-

buindo com as Associações de docentes, unificando as demandas e juntando forças.

São várias batalhas a serem vencidas. Para citar algumas, a defesa da nossa política salarial; dos direitos como o adicional noturno e de insalubridade; do financiamento à Ciência, Tecnologia e Inovação, em particular a questão das bolsas de pesquisa; da autorização e abertura de concursos para docentes e a política de progressão. Emergencialmente, vamos atuar para vencer a Reforma Administrativa, sendo resistência

contra os ataques à autonomia das IES, IFs e CEFETs, enfrentando a precarização de nosso trabalho.

Os próximos anos serão de intensificação da luta, dos confrontos com um governo que implementa a política ultraneoliberal e ataca os serviços públicos, destruindo a Educação.

Defenderemos as reivindicações dos (as) docentes com todos os instrumentos disponíveis à luta sindical.

Acesse nosso site [renovaandes.org.br](http://renovaandes.org.br) e redes /renovaandes

### CHAPA 2 - RENOVA ANDES 2020/2022

Presidente	Celi Nelza Zülke Taffarel (UFBA)
1º Vice-Presidente	José Eudes Baima Bezerra (UECE)
2º Vice-Presidente	Luiz Fernando Rojo Mattos (UFF)
3º Vice-Presidente	Maria Caramez Carlotto (UFABC)
Secretário Geral	Luis Antonio Pasquetti (UnB)
1ª Secretária	Melina Silva Alves (UFPB)
2ª Secretária	Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (UFMS)
3º Secretário	Pere Petit Penarrocha (UFPA)
2ª Tesoureira	Lisleandra Machado (IFSUDESTMEG)
3ª Tesoureira	Márcia Morschbacher (UFSM)





Chapa 2

## POR UM SINDICATO NACIONAL DE TODAS E DE TODOS DOCENTES

### PARTICIPAÇÃO OU RESTRIÇÃO?

É incrível, mas, a 20 dias da eleição do ANDES-SN (de 3 a 6 de novembro), ainda não se sabe como esta se dará.

A atual diretoria apresentou uma metodologia nomeada por um neologismo: “tele-presencial”. Nele, entraremos em uma sala virtual, com documento e comprovante de filiação à sua seção sindical, para receber um link que conduzirá à cédula de votação.

Considerando fatores como tempo, qualidade das conexões de internet no Brasil, necessidade de um equipamento com câmera e um aplicativo de teleconferência, este formato se configura num obstáculo ao voto e, por isso, não deveria interessar a ninguém.

Por último, esse modelo implica que inúmeros dados pessoais seriam colocados ao dispor da empresa contratada para realizar as eleições. Um contrassenso para quem critica o ensino remoto também pela exposição de nossos dados a empresas privadas.

Essa formulação, no entanto, expressa a concepção sindical que preside o ANDES-SN há anos! É a ideia de um

sindicato dos “verdadeiros sindicalistas”.

Nós, da Chapa 2 – RENOVA ANDES, ao contrário, propusemos uma eleição simplificada em que, com base nas listas de filiados e filiadas, cada docente pudesse votar a partir de seu celular ou computador, usando uma senha de único uso a partir de um protocolo de identificação seguro. Essa forma, aliás, está sendo usada em várias consultas de reitor e em Seções do Andes-SN.

Para o RENOVA ANDES, é preciso facilitar o voto. O objetivo deve ser o de atrair o maior número possível de docentes para o processo. É o momento privilegiado para fortalecer o ANDES-SN e afirmar o máximo possível a democracia de nossas decisões.

Nos dirigimos a todas as professoras e professores para que, diante de tantas restrições, não deixem de votar. Nosso sindicato necessita de uma nova orientação calcada na realidade concreta na qual docentes das IES trabalham. O ANDES-SN precisa ser um sindicato de toda a categoria e, para isso, precisamos RENOVAR nossa direção! VOTE CHAPA 2 – RENOVA ANDES!

### UMA NOVA DIREÇÃO PARA ENFRENTAR NOVOS DESAFIOS

Esta eleição para o ANDES-SN não é uma eleição qualquer. Ela irá eleger a diretoria que enfrentará os maiores ataques que a educação, a ciência, a tecnologia e a democracia têm sofrido. Por isso, não basta repetir o de sempre, é preciso RENOVAR nosso sindicato.

É preciso RENOVAR porque não podemos ficar satisfeitos em participar de um fórum que reúne apenas as entidades que a atual diretoria classifica como “classistas”, virando as costas para o Fórum Nacional Popular de Educação, que reúne 54 entidades deste setor, com a única exceção do ANDES-SN. Defendemos a unidade, na prática, em torno de quem luta pela educação!

É preciso RENOVAR porque não vamos conseguir derrotar a Reforma Administrativa, que ameaça nossa carreira e o futuro do serviço público de qualidade, sem tornar nosso sindicato um espaço aberto para cada colega que queira participar. Defende-

mos um sindicato voltado para o conjunto da categoria docente!

É preciso RENOVAR porque precisamos garantir a autonomia e a democracia nas universidades federais, estaduais e municipais, nos IFs e CEFETs e isso será possível apenas com uma direção que defenda a autonomia e a independência, mas que não se negue ao diálogo com as forças vivas da comunidade acadêmica. Defendemos que reitor eleito é reitor empossado e não tergiversaremos na defesa da posse dos reitores ou reitoras mais votados(as) nas consultas e processos eletivos!

Enfim, é preciso RENOVAR para termos um ANDES-SN que priorize a luta pela nossa carreira, pelos nossos salários e pelo financiamento público do ensino, da pesquisa e da extensão. A luta sindical deve dialogar com o nosso cotidiano de profissionais que dão aulas, pesquisam, publicam, orientam e fazem extensão. Sabemos da importância de nossa profissão para a sociedade brasileira. Somos docentes e queremos o ANDES-SN de volta para o conjunto da categoria!

**Renova**  
**ANDES**  
**CHAPA 2**  
Eleição dias 3 a 6 de novembro  
**POR UM SINDICATO NACIONAL**  
**PARA TODAS E TODOS OS DOCENTES**

Democracia sindical | Eleições do ANDES-SN

# CONFIRA O CALENDÁRIO DAS ELEIÇÕES DO ANDES-SN

## AGOSTO/2020

Dia 3 – Prazo máximo de sindicalização para estar apto(a) a votar no processo eleitoral 2020.

## SETEMBRO/2020

Dia 6 - Data em que o(a)s eleitore(a)s deverão estar em dia com suas contribuições.

## OUTUBRO/2020

Dia 1 - Retomada do processo eleitoral e da campanha exclusivamente virtual.

Dia 16 - Prazo máximo para que as seções sindicais e secretarias regionais enviem à Comissão Eleitoral Central, a relação completa de seus(suas) sindicalizado(a)s apto(a)s a votar.

Dia 16 Prazo máximo para a CEC organizar e divulgar a quantidade mínima de mesas virtuais telepresenciais (seções eleitorais) por seção sindical ou secretaria regional.

Dia 19 - Prazo máximo para que as seções sindicais divulguem e enviem à Comissão Eleitoral Central (CEC) a Composição das Comissões Eleitorais Locais (CEL), em formato Word ou Excel.

Dias 19 a 23 – Prazo máximo para que as secretarias regionais comuniquem à CEC onde serão organizadas Comissões Eleitorais Locais pela Secretaria Regional com o(a)s respectivo(a)s mesário(a)s, conforme Art. 30 do Regimento Eleitoral.

Dias 19 a 27 - Prazo máximo para que as seções sindicais disponibilizem a cópia da lista de filiado(a)s apto(a)s a votar à(o)s representantes das chapas concorrentes, desde que por ele(a)s solicitada, sem identificação de e-mail e telefone.

Dia 20 - Prazo máximo para divulgação, pela Comissão Eleitoral Central, do colégio eleitoral.

Dia 22 – Prazo máximo para a indicação de mesário(a)s e confirmação das seções sindicais da quantidade de mesas virtuais telepresenciais.

Dia 23 – Prazo máximo para divulgação do hot site das eleições do ANDES-SN com as informações relativas ao processo eleitoral virtual telepresencial.

Dia 23 - A Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar à Comissão Eleitoral Central a relação das seções sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 64º CONAD (Brasília/DF, 11 a 14/7/2019), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até essa data.

Dia 23 – Prazo máximo para as seções sindicais que apresentam dificuldades em repassar as contribuições do(a)s sindicalizado(a)s em razão de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais deverão notificar à tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e esta, à Comissão Eleitoral, os motivos para tal.

Dia 26 – Prazo máximo para indicação pelas chapas de fiscal de votação para cada mesa virtual telepresencial de identificação à CEL, por meio de documento, desde que sejam docentes, técnico(a)-administrativo(a) e/ou discentes das IES.

Dia 27 – Prazo máximo para a CEL enviar à CEC a lista de fiscais de votação para cada mesa virtual telepresencial indicado(a)s pelas chapas.

Dia 27 - Prazo máximo para retificação pela seção sindical da lista de sindicalizado(a)s apto(a)s a votar. A solicitação de retificação deverá ser devidamente comprovada.

Dia 30 – Prazo máximo para que as chapas indiquem para a CEC, por meio de documento, o(a)s sindicalizado(a)s para exercerem a função de fiscal de computação dos resultados.

## NOVEMBRO/2020

Dia 2 – Encerramento da campanha eleitoral às 23h59min.

Dias 3, 4, 5 e 6 - Eleições.

Dia 6 - Computação dos votos pela Comissão Eleitoral Central, a partir das 22h (Horário de Brasília).

Dia 8 - Prazo para apresentação de recursos conforme Art. 37 do Regimento (até 24 horas após a divulgação do resultado).

Dia 10 - Promulgação do Resultado OFICIAL pela CEC.

Dia 24 - Prazo máximo para a CEC apresentar à Diretoria do ANDES-SN o relatório financeiro do processo eleitoral

## DEZEMBRO/2020

Dia 03 - Entrega do relatório final dos trabalhos e do relatório financeiro da CEC ao 10º

CONAD Extraordinário.

Dia 03 - Posse da Diretoria eleita - 10º CONAD Extraordinário.

# PARTICIPE!!

Veja abaixo quem são os professores e professoras que fazem parte da Comissão Eleitoral Local (CEL), que vai coordenar os trabalhos para eleição do ANDES-SN.

Representante da Diretoria

- Presidente da CEL - Marina Barbosa Pinto

- Suplente - Augusto Santiago Cerqueira

Representante da Chapa 1

- 1 - Leonardo Silva Andrada

- 2 - Jennifer Aline Zanella

Representante da Chapa 2

- Titular - Agostinho Beethoven Macedo Beghelli Filho

- Titular - Luiz Fernando Matos Rocha

Eleições telepresenciais  
do ANDES-SN

— 3 A 6 —  
DE NOVEMBRO DE 2020